

Congresso só vota pacote no fim do mês

Política

Jornal de Brasília • 3

pacote no fim do mês

O novo pacote econômico do governo só será votado no final do mês, caso seja mantida a avaliação inicial dos partidos. Nem o PFL, na liderança do bloco majoritário, nem o PMDB, na condição de maior partido, tem interesse em apressar a votação. "Votar só ao final do prazo legal de 30 dias não é nem uma questão de prudência, e sim necessidade de usarmos tempo para compreender as medidas que são muito complexas", revelou ontem o líder em exercício do PMDB na Câmara, Genebaldo Correia (BA). O líder do governo, deputado Humberto Souto (MG), também considera inviável qualquer tentativa de votação antes do dia 20, até porque a experiência indica que a semana do carnaval é improdutiva no Congresso.

O Congresso Nacional, porém, se reúne extraordinariamente hoje — a partir das 18h30 para examinar as Medidas Provisórias 294 (que trata da desindexação da economia) e 295 (que trata do congelamento de preços e salários), editadas pelo governo no conjunto das novas medidas econômicas em vigor. A votação deverá ocorrer nos próximos dias 9, 20 e 21 de fevereiro, mas o prazo fatal para qualquer deliberação do Congresso termina somente em 3 de março. Durante esse período, os parlamentares não vão receber a ajuda de custo de Cr\$ 844 mil.

Adiamento

Segundo garante um vice-líder do PFL, o relator da medida provisória que trata das novas regras salariais será o deputado Francisco Dornelles (RJ) que já está defendendo o adiamento da votação, dando um prazo mínimo de 30 dias para que o Plano produza seus efeitos. A tese é a de que é preferível permitir a reedição das medidas a correr o risco de uma votação no escuro. Dornelles, que já manifestou restrições ao pacote econômico, se-

ria escolhido relator pelo bloco (PFL/PRN), que passa à frente do PMDB em número de parlamentares (135 contra 108 peemedebistas).

As bancadas dos partidos ligados ao governo deverão começar a discutir a proposta de Dornelles a partir de hoje. O deputado Paes Landim (PFL-PT) acha que a preocupação do colega é correta. "Será muito difícil segurar a votação até o início do mês que vem, quando vence o prazo da medida provisória. Mas não é impossível", raciocinou ele. Landim lembrou que o mês de fevereiro é favorável a essa estratégia, pois tem feriados prolongados, como os do carnaval. Entre os parlamentares governistas, existe a esperança de que, impedindo no primeiro mês a votação do novo Plano, será possível negociar algumas concessões, que viriam embutidas no corpo das medidas a serem editadas no mês que vem.

Restrições

Apesar de criado para atender aos interesses do presidente Fernando Collor, o Bloco PFL/PRN escolhe os relatores mas não garante facilidades ao governo nas votações. E que os governistas fazem diversas restrições ao pacote, o deputado Jonas Pinheiro (PFL-MT), por exemplo, ficou indignado com o último artigo da MP 294 que, ao estabelecer regras para a desindexação, revogou o dispositivo da Lei 8.174, sancionada pelo presidente no dia 30 de janeiro. Este dispositivo é o que garantia a correção da dívida pelo preço do produto para o qual recebera o financiamento, mantendo a equivalência entre a produção e o empréstimo. Sua retírada contrariou toda a base rural do governo. Segundo Jonas Pinheiro, da maneira em que foi colocado, disfarçadamente nas linhas finais da medida provisória, o artigo sugeriu má-fé da parte do governo.

"Os parlamentares do meio ru-

ral se sentem ofendidos com o plano", conta o líder do PDC na Câmara, Eduardo Siqueira (TO). É a prova de que ganhar as relatoria não será sinônimo de facilidade na aprovação do pacote e que vários deputados que integram o bloco governista já solicitaram ao líder, deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), que não os inclua nas comissões que analisarão as medidas para evitar que comecem a nova legislatura votando contra o presidente Collor. Um deles foi o deputado Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA), que já garantiu seu voto contra o congelamento de preços e salários.

"O governo está ficando indefensável", diz o vice-líder do PDS, deputado Amaral Netto (RJ), para quem um reajuste salarial médio de 25% anunciado pelo Secretário Nacional de Política Econômica, Antonio Kandir, é "um deboche". Para tentar mudar a opinião dos deputados que pensam como Amaral Netto, Kandir virá, Câmara hoje pela manhã. Embora o convite tenha partido do PMDB, o líder governista Humberto Souto vai solicitar que o secretário debata o pacote econômico também com o PFL.

O deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) está coordenando uma comissão em seu partido, com representantes de todos os estados, justamente para aprofundar o debate em torno do Plano. Além de ouvir o governo, o PMDB também pretende escutar lideranças sindicais e empresariais, da CUT e CGT, a Federação das Indústrias de São Paulo e Federação Nacional de Bancos. "Ficaremos em reunião permanente para que a bancada decida como votar só depois de conhecer bem as opiniões do governo, trabalhadores e empresários", explica o deputado.

Mais informações sobre o pacote econômico nas páginas 5, 6 e 7